

Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337
Blumenau, v. 10, n. 3, p. 134-154, jul./set., 2014

doi:10.4270/ruc.2014323
Disponível em www.furb.br/universocontabil



**AS CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE
PUBLICAM SUAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS NO MERCADO
NORTE AMERICANO¹**

***THE ENVIRONMENTAL CONTINGENCIES OF FOREIGN COMPANIES THAT
PUBLISH THEIR FINANCIAL STATEMENTS ON IFRS IN U.S. MARKET***

***LAS CONTINGENCIAS AMBIENTALES DE LAS EMPRESAS EXTRANJERAS QUE
PUBLICAN SUS ESTADOS FINANCIEROS IFRS EN EL MERCADO DE EE.UU***

Denize Demarche Minatti Ferreira

Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e
Administração da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Endereço: Campus Universitário Reitor David Ferreira Lima, Trindade
CEP: 88.040-380 – Florianópolis - SC
E-mail: dminatti@terra.com.br
Telefone: (48) 3721-9897

José Alonso Borba

Pós-Doutor pela École des Hautes Études Commerciales de Montréal e
École des Hautes Études Commerciales de Montréal
Professor do Departamento de Ciências Contábeis e do
Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Endereço: Campus Universitário Reitor David Ferreira Lima, Trindade
CEP: 88.040-380 – Florianópolis - SC
E-mail: jalonso@ufsc.br
Telefone: (48) 3721-9897

Carolina Aguiar da Rosa

Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Contabilidade da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Endereço: Avenida Itamarati, 160, Itacorubi
CEP: 88.034-900 – Florianópolis - SC
E-mail: car0lzinha_grb@hotmail.com
Telefone: (48) 3231-6032

¹ Artigo recebido em 31.08.2013. Revisado por pares em 22.08.2014. Reformulado em 12.09.2014. Recomendado para publicação em 23.09.2014 por Carlos Eduardo Facin Lavarda. Publicado em 30.09.2014. Organização responsável pelo periódico: FURB.

RESUMO

As questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade na área da contabilidade socioambiental têm motivado interesse não só da comunidade acadêmica, mas também das empresas. A teoria da divulgação que se fundamenta em evidências empíricas e padrões de análise provê sustentação teórica para este artigo. Esta pesquisa teve como objetivo identificar a significância dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas por empresas que negociam suas ações na New York Stock Exchange – NYSE. Para identificar o quanto os passivos contingentes representam financeiramente para as empresas da amostra, foi calculado o fator de significância a partir da seguinte metodologia: divisão entre as contingências ambientais e provisões com o lucro líquido. Dentre os principais resultados, destaca-se que quanto ao impacto que as contingências causariam na redução do lucro líquido, observa-se que 17% das empresas teriam seus lucros reduzidos em mais da metade ou até mesmo obteriam prejuízos. Por outro lado, cerca de três quartos das empresas possuem uma significância de até 10% em relação ao lucro líquido, inferindo-se que a relevância das contingências passivas ambientais para a maioria das empresas é baixa se relacionadas ao lucro líquido.

Palavras-chave: Sustentabilidade, contingências ambientais, provisões.

ABSTRACT

The issues related to environment and sustainability on environmental accounting area have motivated the interest of academic community and companies. The theory of disclosure that is based on empirical evidence and standards of analysis provides theoretical support for this article. This research aimed to identify the significance of the values of contingent liabilities and environmental provisions evidenced by companies that trade their shares on the New York Stock Exchange - NYSE. To identify how the contingent liabilities represent financially to sample firms, we calculated the factor of significance from the following methodology: division between environmental contingencies and provisions to net income. Among the main results, regarding to the impact that contingencies would cause on net income reduction, it is observed that 17% of companies would have their profits reduced by more than half or even would have losses. Furthermore, about three quarters of companies have up to 10% significance compared to net income, inferring that the relevance of environmental contingencies for most companies is low when related to their net income (profit).

Keywords: Sustainability, environmental contingencies, provisions.

RESUMEN

Las cuestiones relativas al medio ambiente y la sostenibilidad en el ámbito de la contabilidad ambiental han motivado el interés de la comunidad académica y también de las empresas. La teoría de la divulgación que se basa en la evidencia y el nivel de análisis empírico proporcionan apoyo teórico para este artículo. La investigación tuvo como objetivo identificar la importancia de los valores, los pasivos contingentes y las disposiciones ambientales evidenciadas por las empresas que transaccionan sus acciones en la Bolsa de Valores de Nueva York - NYSE. Para identificar cómo los pasivos contingentes representan financieramente a empresas de la muestra, se calculó el factor de importancia de la siguiente metodología: la división entre las contingencias ambientales y disposiciones a los ingresos netos. Entre los principales resultados es que

cuanto al impacto que las contingencias provocarían en la reducción de la utilidad neta, se observa que un 17% de las empresas tendrían sus utilidades reducidas en más de la mitad o incluso tendrían pérdidas. Por otra parte, cerca de tres cuartas partes de las empresas tienen una significación de hasta un 10% comparativamente a la utilidad neta, deduciéndose que la relevancia de las contingencias ambientales para la mayoría de las empresas es baja si se las relaciona a sus utilidades netas ellos.

Palabras clave: sostenibilidad, contingencias ambientales, las provisiones.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade permeia as discussões no mundo dos negócios. Tupy (2008) afirma que a sustentabilidade está intrinsecamente relacionada com a questão da responsabilidade social, no qual compreendem as ações da empresa que visa elevar sua produtividade, melhorar seus produtos, métodos de gestão e contribuir para a preservação do meio ambiente. Para o autor, as corporações enfrentam, cada vez mais, novos desafios, principalmente nos países em desenvolvimento, devido às exigências dos consumidores, grupos da sociedade organizados e regras comerciais, para o cumprimento de normas éticas, trabalhistas e ambientais em toda a cadeia produtiva.

Para a corporação ter reputação, tanto no aspecto social quanto no ambiental, é importante que transmita transparência e confiabilidade nas ações. O reconhecimento da responsabilidade socioambiental pode demonstrar uma administração eficiente, por outro lado, a omissão pode representar um risco à empresa, pois as pressões externas se intensificam cada vez mais.

O que se percebe é que as questões relacionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade na área da contabilidade socioambiental têm motivado interesse não só da comunidade acadêmica, mas também das empresas (MATHEWS, 1997, 2003, 2004; GRAY, 2002; DEEGAN, 2002; PARKER, 2005, 2011).

As discussões judiciais ou administrativas relativas a questões ambientais começaram a aparecer com mais frequência entre as contingências das empresas. Das trinta maiores companhias de capital aberto, nove – Petrobrás, Vale, Neoenergia, CSN, Eletropaulo, Sabesp, Ultrapar, Cemig e CPFL – mencionam contingências ambientais em seus balanços financeiros, no qual as sete primeiras mantêm provisões (WATANABE, 2009). Para o autor isso não significa que as empresas estão poluindo ou infringindo mais a legislação ambiental. O fenômeno é resultado da exigência cada vez maior dos investidores em relação a possíveis passivos ambientais. Paralelamente, há também regulamentação mais rígida para contabilização das discussões da área e, além disso, há fiscalização de órgãos federais e estaduais, o que tem gerado maior volume de autuações e discussões judiciais, surgindo como resultado natural as provisões.

Corroborando, cabe mencionar também o caso da petroleira britânica BP, que deverá pagar US\$ 4,5 bilhões em multas ao governo americano por acusações criminais relativas ao desastre ambiental com a plataforma *Deepwater Horizon*, no golfo do México (EUA), em 2010. O acidente resultou no maior derramamento de petróleo em alto mar da história do país e a companhia se declarou culpada em onze ações criminais envolvendo má conduta ou negligência relacionadas à morte de onze pessoas no acidente com a plataforma.

Deste modo, a partir da importância e da crescente demanda do mercado financeiro pela melhoria de divulgação desses fatos que afetam não só o meio ambiente, mas também as questões financeiras e econômicas das empresas, o presente artigo teve

por objetivo identificar a significância dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas por empresas que negociam suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE).

A pesquisa ajuda na compreensão do conhecimento acerca das provisões e contingências ambientais de empresas que publicaram seus balanços na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE). Além da carência de estudos sobre o assunto, é importante conhecer especificidades dessas organizações no que diz respeito ao tratamento que é dado pelas empresas às informações sobre externalidades e passivos ambientais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir apresenta-se a Teoria que fundamenta esta pesquisa e a revisão da literatura acerca do tema explorado.

2.1 Teoria da Divulgação

A teoria da divulgação fundamenta-se em evidências empíricas e padrões de análise provenientes da teoria econômica que explanam e predizem a realidade e, portanto, provê sustentação teórica para este artigo, com o objetivo de explicar o fenômeno da divulgação das informações financeiras.

Rover et al. (2012) afirmam que a discricionariedade da divulgação pode ser explicada a partir da assimetria de informação da seleção adversa, na oferta de um ativo por um ofertante que possui informação completa sobre ele e um comprador que não a possui. A teoria da divulgação de Verrecchia (2001) coloca que o resultado é que as informações que não são divulgadas podem ser entendidas como informação desfavorável, no qual é descontado o valor do ativo até que se torne vantajoso a transmissão da informação.

2.2 Contingências Passivas e Provisões

Kieso, Weygandt e Warfield (2012) destacam que contingência é uma situação que envolve incerteza quanto ao possível ganho (ganho contingente) ou perda (perda contingente), que acabará por ser resolvida quando um ou mais eventos futuros ocorrerem, portanto, contingências são eventos materiais com um futuro incerto. As contingências restringem-se a situações que existem na data do balanço em que os efeitos financeiros serão determinados por eventos futuros que podem ocorrer ou não, ou seja, a contingência é criada a partir do evento ocorrido no passado, e, o evento a ocorrer no futuro irá solucionar a imprecisão (IBRACON, 1998).

No Brasil as contingências são tratadas pela Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral (NBC-TG) - 25 na qual são estabelecidas regras e procedimentos a serem observados relativos à adoção de provisões, passivos, contingências passivas e ativas. Juntamente com a Deliberação 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que aprovam o Pronunciamento Técnico - CPC nº 25 que da mesma forma deve ser utilizado pelas entidades na elaboração de suas Demonstrações Financeiras quanto às contingências, as quais foram originadas a partir da Norma Internacional de Contabilidade número 37 (IAS - *International Accounting Standard*), padronizando as Demonstrações Contábeis brasileiras com as internacionais.

Conforme a norma brasileira CPC 25, um passivo contingente é “uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade”. Além disso, a norma estabelece que um passivo contingente ainda pode ser conceituado como uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas não

há o reconhecimento em função de que “não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade” (CPC 25, 2009).

Os graus de risco para a avaliação das contingências passivas relacionam-se com a possibilidade de ocorrência dos eventos. Para a classificação dos passivos contingentes, são utilizados os termos: provável, possível e remota. Se um evento for considerado como sendo provável que ocorra, então o mesmo deve ser reconhecido no balanço patrimonial como passivo, ou seja, ele não é uma contingência, mas sim uma provisão. Essa é a diferença entre contingências e provisões: a sua probabilidade de ocorrência. Caso o evento seja caracterizado como possível de ocorrer, então será somente divulgado qualitativa e monetariamente em notas explicativas. E quando o evento possuir uma chance remota de ocorrer, nenhuma evidenciação é exigida, nem qualquer reconhecimento.

Segundo os graus de risco, o reconhecimento ou a divulgação, as contingências assumem grande importância. Sua constituição de forma inapropriada poderá distorcer as demonstrações contábeis, retratando uma diferente realidade da situação patrimonial da empresa. A incerteza e a fragilidade dos métodos usualmente utilizados para a mensuração financeira dos impactos ambientais não justifica a isenção do reconhecimento e do registro de provisão e informações sobre contingências ambientais (BECKE, 2004). É relevante que se publique a avaliação e mensuração dos impactos ambientais que por ventura possam advir da atividade das organizações.

Por serem elementos patrimoniais de complexidade e dificuldade para a Contabilidade, os passivos contingentes demandam atenção, pois suas dificuldades estão relacionadas à atribuição de valor e às dúvidas existentes sobre o fato gerador, para, então, serem determinados os efeitos exatos que terão sobre o patrimônio da entidade. Uma classificação errônea das contingências pode acarretar em demonstrações financeiras que não refletem a realidade da entidade, fornecendo informações que podem distorcer a tomada de decisão dos investidores do mercado de capitais.

Em função da subjetividade e da complexidade nos julgamentos de mensuração e de expressões de probabilidades ligados às contingências, há quase trinta anos pesquisadores já vêm estudando o tema (BUDESCU; WALLSTEN, 1985; BRUN; TEIGEN, 1988; DAVIDSON; CHRISMAN, 1994; DOUPNIK; RICHTER, 2003; CAPRIOTTI; WALDRUP, 2005), conforme o Quadro 1.

A sociedade tem pressionado o setor privado a assumir a responsabilidade pelos impactos decorrentes de suas atividades no meio ambiente (HACKSTON; MILNE, 1996). Percebe-se, portanto, que a necessidade da divulgação de informações ambientais extrapola o caráter “voluntário”, tornando-se essencial para os usuários externos, principalmente porque as empresas podem estar expostas a possíveis contingências que se não mencionadas claramente nos relatórios contábeis dificultam a análise dos usuários.

As contingências ambientais podem ser ativas ou passivas e, geradas por eventos que provavelmente ocorrerão no futuro. “A contingência surge de uma situação de risco potencial cuja efetivação está vinculada a um evento com determinada probabilidade de ocorrência no futuro”, assim, a ocorrência ou não de um evento futuro ocasiona a concretização de ganho ou perda para a empresa (BERGAMINI JÚNIOR, 1999, p.7).

Quadro 1: Estudos sobre contingências passivas

Nelson e Kinney (1997)	Esta pesquisa afirma que os auditores são mais propensos a ter uma visão radical de ambigüidade em referências a perdas contingentes em relatórios de auditoria do que os usuários das demonstrações financeiras. O experimento com 92 auditores e 79 alunos (potenciais investidores) para descobrir suas reações à informação da perda ambígua contingente em um processo judicial demonstra que em baixos níveis de probabilidade ambos os auditores e "investidores" reagem de forma conservadora e em níveis elevados agem radicalmente a ambigüidade, mas que os auditores passar de conservador a radical antes de "investidores".
Kennedy, Mitchell e Sefcik (1998)	A pesquisa apresenta evidências de que divulgações alternativas de passivos contingentes ambientais apresentadas nas demonstrações financeiras podem influenciar os julgamentos e decisões dos usuários.
Ahanory e Dotan (2004)	Os autores examinaram empiricamente se os usuários (considerados para fins do estudo como analistas financeiros), bem como os gestores que preparam as demonstrações financeiras e os auditores externos que certificam ou qualificar as decisões dos gestores de divulgação atribuem diferentes interpretações aos critérios de divulgação a respeito de contingências e provisões determinados pelo SFAS 5. Os resultados demonstram que analistas financeiros são, em média, mais conservadores comparados aos gestores que preparam as demonstrações contábeis e aos auditores em relação às interpretações numéricas.
Gleason e Mills (2002)	Os autores investigaram os fatores que explicam as decisões das empresas para divulgar e registrar contingências tributárias. Seus resultados são baseados em dados confidenciais da Receita Federal de serviço de auditoria das demonstrações financeiras de 100 grandes empresas industriais do período de 1987 até 1995.
Du, Stevens e McEnroe (2011)	Os autores abordaram em seu estudo a dificuldade na interpretação de termos de probabilidade descritos no SFAS 5 e exploraram uma maneira simples de melhorar a qualidade do julgamento. Evidências dos achados sugerem que os termos de probabilidades acrescidos de seus correspondentes valores numéricos reduzem a variabilidade interpessoal na interpretação dos termos do SFAS 5.
Du e Stevens (2012)	Os autores realizaram um experimento que buscou investigar como os contadores interpretam as expressões de incerteza das contingências (SFAS 5) com foco na tradução numérica-para-verbal. Os resultados indicam um padrão claro, no qual os limiares para as decisões de divulgação podem ser facilmente identificados na tradução numérico-para-verbal, ao contrário do que acontece na tradução verbal-para-numérico, que é instável e dependente do contexto em que está inserida.

Fonte: Autoria própria (2013).

Para Ferreira (2003) a provisão para contingências ambientais refere-se ao registro dos valores estimados da poluição realizada, decorrente do processo produtivo e devem estar de acordo com o modelo de gestão da empresa.

2.3 Evidenciação Ambiental

A sociedade exige cada vez mais que as organizações posicionem-se em relação às suas atividades e às questões ambientais. Em resposta a tais anseios, percebe-se que a divulgação de informações de natureza ambiental por parte das organizações tem se tornado uma prática crescente e voluntária.

Antes da emergência da questão ambiental vários autores já vinham direcionando seus estudos para contingências ambientais e evidenciação ambiental. Observou-se, desde os anos 70, a proliferação de pesquisas relacionadas ao tema, descrito no Quadro 2.

Quadro 2: Estudos sobre evidência ambiental

Belkaoui (1976)	Este autor investigou e o impacto da divulgação de poluição ambiental no preço das ações na bolsa de valores nas demonstrações de 50 empresas americanas.
Ingram e Frazier (1980)	O estudo teve por objetivo analisar a relação entre as medidas de desempenho ambiental e as divulgações ambientais contidas nos relatórios anuais das empresas.
Wiseman (1982)	Este artigo avaliou a qualidade e precisão das divulgações ambientais feitas em relatórios anuais corporativos de 26 indústrias ambientalmente sensíveis. Um procedimento de indexação foi usado para medir o conteúdo das divulgações e a relação entre o conteúdo de divulgação e desempenho ambiental das empresas foi testado.
Freedman e Jaggi (1982)	O estudo demonstrou uma correlação baixa e negativa entre o desempenho ambiental e desempenho financeiro das empresas no curto prazo, o que pode ser devido aos altos custos de redução da poluição.
Gray (1992)	O artigo tentou ponderar a omissão de investigar as implicações do meio ambiente relacionados à contabilidade.
Cohen, Fenn e Konar (1997)	Os autores analisaram empresas da América do Norte, classificadas como poluentes, com relação a medidas de contabilidade e concluíram que empresas menos poluentes não apresentaram desempenho inferior.
Preston e O'Bannon (1997)	Os autores correlacionaram o desempenho social e desempenho financeiro de 67 grandes empresas americanas. Para medir o desempenho social, foi adotado o índice de reputação de empresas da revista <i>Fortune</i> (com três indicadores de reputação: comunidade e responsabilidade ambiental, capacidade de selecionar e reter talentos e qualidade dos produtos / serviços).
Neu, Warsame, e Pedwell (1998)	As análises focaram em três preocupações: a influência da pressão externa sobre divulgações ambientais nos relatórios anuais, incluindo a quantidade e os tipos de estratégias utilizadas na divulgação, as características de divulgação ambiental relacionadas a outras divulgações "sociais", e a associação entre divulgações ambientais e de desempenho real.
Gray (2000)	O trabalho realizou uma análise pessoal dos desenvolvimentos atuais e recentes em comunicação social e ambiental, com particular ênfase para a certificação e as implicações de auditoria.
Gray e Bebbington (2000)	O trabalho procurou fornecer uma análise do estado atual da arte na pesquisa em contabilidade ambiental através da lente " <i>managerialist</i> " e ilustrou a essência do problema através da comunicação de uma nova análise de dados de estudo internacionais de sustentabilidade e de contabilidade de corporações.
Karagozoglu e Lindell (2000)	Os autores realizaram correlações para várias características organizacionais em relação à gestão ambiental: a inovação, a regulação, o tamanho da organização, a vantagem ambiental competitiva e desempenho financeiro. Os autores concluíram que há uma relação positiva entre a inovação ambiental e vantagem competitiva ambiental.
Hughes, Anderson e Golden (2001)	Os autores buscaram através de um índice de informação ambiental a sua utilidade na determinação do desempenho ambiental das empresas.
Gray (2002)	O artigo apresentou uma revisão da literatura de contabilidade social dos últimos 25 anos, com especial atenção para o papel desempenhado pelo periódico <i>Accounting, Organizations and Society (AOS)</i> em seu desenvolvimento.
Razeed e Considine (2003)	Os autores compararam a divulgação ambiental feita por empresas americanas e australianas.
Gray (2006)	O ensaio examinou o grau em que a contabilidade social, ambiental e de sustentabilidade podem ou devem contribuir para o valor do acionista e, correspondentemente, a considerar o desafio que as mesmas podem oferecer para os pontos de vista convencionais de "valor" que sustentam a contabilidade financeira tradicional.

Continua

Continuação

Cho, Roberts e Patten (2010)	O estudo contribui significativamente para a pesquisa na divulgação ambiental, investigando o desvio no uso da linguagem e tom verbal como uma ferramenta para o gerenciamento de impressões das partes interessadas.
Gray (2010)	O ensaio procurou iniciar uma autocrítica da contabilidade para a sustentabilidade através de um exame de significados e contradições no desenvolvimento sustentável que, por sua vez, levam a uma sugestão para o desenvolvimento de múltiplas narrativas que explicitamente desafiam as reivindicações dos movimentos hegemônicos de negócios na área de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.
Cho, Freedman e Patten (2012)	Os autores examinaram três explicações possíveis para a opção das corporações em divulgar o que investem em capital ambiental, utilizando como amostra, 500 empresas da <i>Fortune US</i> . Os autores concluíram que na maioria das vezes são divulgadas informações qualitativas, que a não divulgação é provavelmente devido à imaterialidade e que as empresas que divulgam não apresentam melhoria subsequente em seu desempenho ambiental em relação às empresas que não divulgam.
Cho et al. (2012)	Os autores investigaram se o desempenho ambiental das empresas é refletido na percepção de sua reputação ambiental e se a divulgação ambiental serve para remediar os aspectos negativos de um pior desempenho ambiental. Os autores também analisaram se o desempenho ambiental está associado à adesão ao <i>Dow Jones Sustainability Index (DJSI)</i> .
Andrikopoulos e Kriklani (2013)	Os autores investigaram as práticas de divulgação ambiental nos sites das empresas listadas na Copenhagen Stock Exchange e discutiram as evidências descritivas sobre as práticas nos relatórios ambientais. Para os autores os relatórios ambientais são importantes porque representam o uso pela empresa de um escasso recurso produtivo: o meio ambiente. Dentre as suas conclusões, ressaltam que o uso eficiente dos recursos está associada à criação de valor e acumulação de riqueza.
Burgwal e Vieira (2014)	Os autores identificaram as variáveis que têm impacto significativo no nível das práticas de divulgação ambiental adotadas por companhias abertas holandesas e utilizaram para tal análise de conteúdo. Segundo os autores, os testes estatísticos comprovaram a existência de uma associação significativa e positiva entre o tamanho do setor e o nível de divulgação ambiental o que está de acordo com pesquisas anteriores em que foram usadas outras medidas de divulgação ambiental.

Fonte: Autoria própria (2013).

Conforme observado no Quadro 2, houve expressivo aumento dos estudos relacionados à divulgação ambiental. No Brasil, diversos autores também centraram seus estudos na mesma temática; Calixto, Barbosa e Lima (2007) realizaram um estudo exploratório, no qual identificaram as diferenças na divulgação voluntária de informações ambientais em relatórios contábeis de uma amostra de 60 companhias brasileiras que exercem atividades potencialmente poluidoras (petroquímica, siderurgia e metalurgia, papel e celulose, energia elétrica, alimentos, transportes, mecânica, saneamento, mineração e têxtil).

Freitas e Oleiro (2011) procuraram identificar o modo como 40 empresas listadas na BM&FBOVESPA no exercício de 2008 evidenciaram as variáveis da gestão ambiental no conjunto das Demonstrações Financeiras. Nos resultados observaram algumas evidenciações de naturezas ambientais, entretanto não encontraram nenhuma evidenciação nas demonstrações contábeis. As evidenciações foram apresentadas no relatório da administração, demonstrando que as empresas ainda não utilizam a contabilidade e a gestão ambiental como ferramentas úteis e importantes nos aspectos relativos ao meio ambiente.

Na mesma matéria, cabe citar ainda a expressividade e relevância dos trabalhos de evidenciação ambiental que enfocam o tratamento que é dado pelas empresas às informações sobre externalidades e passivos ambientais de Rover, Alves e Borba (2006)

e de Lima e Viegas (2002). Estudos comparativos foram também realizados por Lindstaed e Ott (2007) e Ribeiro, Nascimento e van Bellen (2009), que avaliaram o nível de evidência ambiental nos relatórios anuais de empresas brasileiras em comparação ao nível de evidência ambiental apresentado nos relatórios de empresas que atuam em países economicamente desenvolvidos.

Ferreira e Bufoni (2006) verificaram as diferenças de tipo e quantidade na evidência de informações ambientais nas demonstrações financeiras obrigatórias das empresas brasileiras que emitem os *American Depositary Receipts* (ADR) na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Os autores destacam que os resultados apontaram a existência de uma grande diferença entre os dados disponíveis no Brasil e no exterior e que é urgente a correção de discrepância nos demonstrativos nacionais que afirmam ser a segregação dos passivos ambientais dos demais tipos no balanço patrimonial e a elevação da evidência de todas as questões relevantes concernentes ao meio ambiente, pelo menos aos níveis internacionais.

No Brasil, estudos relacionados ao desempenho ambiental e a rentabilidade foram realizados. Arantes (2006) constatou através de uma análise gráfica que as ações integrantes do Fundo ABN AMRO ETHICAL e do Índice Geral Bovespa (IBOVESPA) no período de 2001 a 2005 valorizaram, respectivamente, 267% e 237% e, Rezende e Santos (2006), com base nos resultados originados por investigações empíricas realizadas por meio do teste-T de Student e do teste não-paramétrico de Mann-Whitney, confirmam a hipótese de que os fundos brasileiros de investimento socialmente responsáveis não possuem melhor rentabilidade que outros fundos de ações, porém, as empresas integrantes desses fundos possuem melhor performance do que as outras empresas pesquisadas.

Fernandes (2013) verificou os fatores que influenciaram o *disclosure* ambiental das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa entre 2006 e 2010 e, para tal utilizou a análise de conteúdo nas notas explicativas, relatórios ambientais e da administração. Os resultados evidenciaram que apenas o tamanho da companhia influencia positivamente o nível de evidência ambiental e que a variável Novo Mercado e endividamento impulsionaram negativamente o *disclosure* ambiental, não corroborando os estudos que encontraram relação positiva entre essas variáveis e o *disclosure* voluntário.

A decisão dos gestores em evidenciar informações socioambientais foi investigada por Moreira et al (2014). O estudo contribuiu para fortalecer o debate acerca do poder explicativo da teoria da legitimidade no que diz respeito aos fatores que influenciam a divulgação voluntária de informações socioambientais. Os autores realizaram uma pesquisa descritiva cuja amostra foi de gestores de cinco das dez maiores companhias do setor de energia elétrica que operam no Brasil.

A preocupação que a sociedade vem demonstrando pelas questões ambientais tem impulsionado às organizações a evidenciar as informações a que elas se relacionam. Mesmo que não seja, obrigatória, a divulgação de tais dados, evidenciá-las tem sido uma estratégia e uma vantagem competitiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho teve como objetivo identificar a significância dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas por empresas que negociam suas ações na New York Stock Exchange – NYSE. Em função deste objetivo, e de acordo com Gil (2002), esta pesquisa é classificada como descritiva, pois procura descrever as características de determinadas populações ou fenômenos ou o

estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos, foi realizado um levantamento que, segundo Raupp e Beuren (2003), os dados referentes a este tipo de pesquisa podem ser coletados com base em uma amostra retirada de uma população ou universo que se deseja conhecer.

Pode ser classificada ainda como documental, que para Gil (2002) baseia-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico e podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A população escolhida para a pesquisa foi constituída pelo conjunto de empresas que negociam suas ações na New York Stock Exchange – NYSE e para a definição da amostra, foram selecionadas as 129 empresas que divulgaram o formulário FORM 20F de 2012, ano base 2011. Os itens analisados nesse formulário são demonstrados no Quadro 3.

Quadro 3: Itens do 20F a serem analisados

Item	Especificação do item
8	Informações financeiras (processos judiciais)
17	Informações financeiras
18	Informações financeiras

Fonte: Autores, com base em New York Stock Exchange – NYSE (2013).

Com o intuito de identificar a relevância das contingências ambientais e verificar o possível impacto na situação econômica das empresas, utilizou-se como fator de significância a divisão entre as contingências ambientais e provisões com o lucro líquido, demonstrando o quanto os passivos contingentes representam financeiramente para as empresas da amostra.

Para um melhor direcionamento da pesquisa, foram construídas as seguintes hipóteses relacionadas às significâncias financeiras das empresas:

1. Relacionadas ao grau de poluição: de acordo com a Lei nº 10.165/2000 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, as empresas podem exercer atividades consideradas potencialmente poluidoras. Tais atividades são divididas em três níveis de poluição: alto, médio e baixo. Este estudo dividiu as empresas em dois grupos (alto e médio; baixo).
 - 1.1. Hipótese nula: as médias das significâncias totais das contingências passivas ambientais e provisões são iguais entre as empresas potencialmente poluidoras de alto e médio graus e baixo grau, a partir da análise de variância;
 - 1.2. Hipótese alternativa: as médias das significâncias totais das contingências passivas ambientais e provisões são diferentes entre as empresas potencialmente poluentes de alto grau e de médio grau.
2. Relacionadas à região em que se encontram suas matrizes: as empresas foram divididas por continente. Todavia, em função da África e da Oceania apresentarem uma quantidade reduzida de empresas, para fins de análise foram considerados apenas os continentes sul-americano, norte-americano, europeu e asiático.
 - 2.1. Hipótese nula: as médias das significâncias totais das contingências passivas ambientais e provisões são iguais entre as empresas de diferentes continentes;
 - 2.2. Hipótese alternativa: as médias das significâncias totais das contingências passivas ambientais e provisões são diferentes entre as

empresas de diferentes continentes.

A pesquisa limitou-se a analisar as empresas a partir da metodologia de criação de um fator de significância, que se caracteriza como uma etapa subjetiva desta pesquisa, o que acarreta na limitação dos resultados encontrados por meio das análises das variáveis estudadas.

Ainda, é importante salientar que o trabalho utilizou como base para a segregação dos graus de poluição a norma brasileira. Todavia, a pesquisa abrange empresas de todos os continentes. Dessa forma, as análises relacionadas ao grau de poluição ficam limitadas pela utilização de apenas o regulamento brasileiro.

4 RESULTADOS

A significância financeira das contingências ambientais é alcançada por meio da divisão entre as contingências ambientais com o lucro líquido, demonstrando o quanto os passivos contingentes representam financeiramente para as empresas da amostra. Para identificar se a significância das contingências passivas e provisões ambientais possuem diferenças entre o grau de atividades potencialmente poluidoras aplicou-se a análise de variância. As empresas foram divididas em dois grupos: empresas de médio e alto grau e empresas de baixo grau. Os testes de análise revelam como resultado os dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Análise de variância da significância das contingências e provisões ambientais

<i>Grupo</i>	<i>Contagem</i>	<i>Soma</i>	<i>Média</i>	<i>Variância</i>
Empresas potencialmente poluidoras de alto e médio graus	55*	96,2126	1,7493	114,4412
Empresas potencialmente poluidoras de baixo grau	65*	12,1829	0,1874	1,4508

ANOVA						
<i>Fonte da variação</i>	<i>SQ</i>	<i>Gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>
Entre grupos	72,6768	1	72,6768	1,3672	0,2447	3,9215
Dentro dos grupos	6272,6773	118	53,1583			
Total	6345,3541	119				

Fonte: Autoria própria (2013).

*Foram retiradas da análise as empresas (9) que evidenciaram apenas qualitativamente suas contingências ambientais.

*Para fins dessa análise as empresas que não divulgaram contingências ambientais tiveram 0% de significância.

Pelos resultados obtidos, verifica-se que as empresas de alto e médio grau evidenciaram, em média, de contingências ambientais de 1,7493 (174,93% em relação ao lucro líquido), enquanto que as empresas de baixo grau evidenciaram contingências ambientais no valor médio de 0,1874 (18,74% em relação ao lucro líquido). Comparando apenas as médias, existe uma forte evidência de que empresas poluidoras de alto e médio grau teriam uma significância média maior em relação às empresas de baixo grau.

Contudo, a partir da análise de variância, pode-se verificar que as médias entre os grupos analisados não podem ser consideradas estatisticamente diferentes, num intervalo de confiança de 95%. Pelo “valor-P”, verifica-se que a probabilidade de que as médias das significâncias das contingências ambientais dos dois grupos de empresas sejam iguais, estando próximo a 25%, o que revela que as médias são diferentes quando se diminui o intervalo de confiança para 75%.

Para tentar identificar diferenças entre as médias das significâncias financeiras a partir dos continentes em que as empresas se situam foi utilizada a análise de variância. Em função da África e da Oceania possuírem apenas 4 e 2, respectivamente, empresas analisadas, optou-se pela exclusão dos dois continentes para fins de análise. Os testes de análise revelam como resultado os dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Análise de variância da significância das contingências e provisões ambientais

<i>Grupo</i>	<i>Contagem</i>	<i>Soma</i>	<i>Média</i>	<i>Variância</i>			
Europa	39	1,0235	0,0262	0,0041			
Ásia	34	11,8789	0,3494	2,7560			
América do Sul	29	16,7035	0,5760	7,8785			
América do Norte	12	0,0935	0,0078	0,0007			
ANOVA							
<i>Fonte da variação</i>	<i>SQ</i>	<i>Gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>	
Entre grupos	6,0614	3	2,0205	0,7130	0,5463	2,6871	
Dentro dos grupos	311,7083	110	2,8337				
Total	317,7698	113					

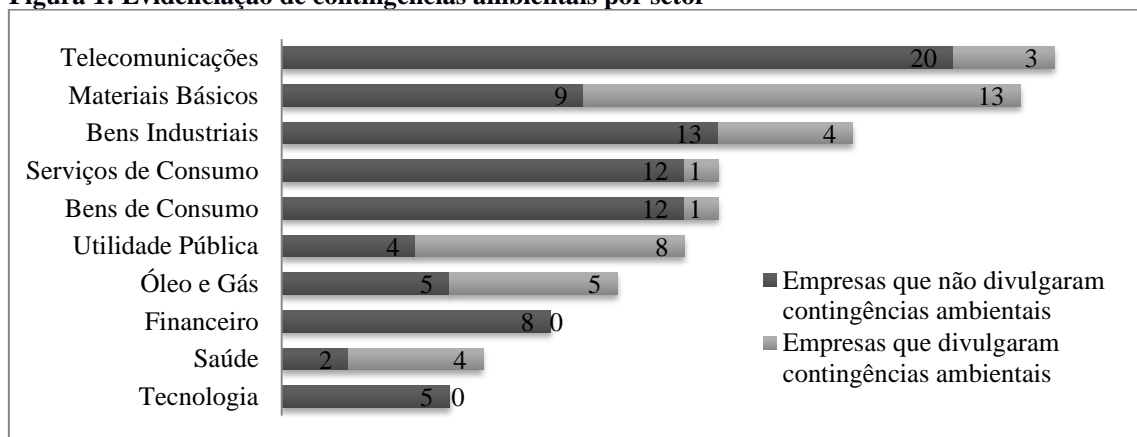
Fonte: Autoria própria (2013).

Pelos resultados obtidos, observou-se que as empresas da Europa e da América do Norte evidenciaram uma média de contingências ambientais inferior a 3% (2,62% para empresas europeias e 0,78% para empresas norte-americanas), enquanto que as empresas asiáticas e sul-americanas evidenciaram contingências ambientais num valor médio superior a 30% (34,94% para empresas da Ásia e 57,60% para empresas da América do Sul). Comparando apenas as médias, existem evidências de que empresas de distintos continentes teriam significâncias médias diferentes.

Contudo, a partir da análise de variância, pode-se perceber que as médias entre os grupos analisados não podem ser consideradas estatisticamente diferentes, num intervalo de confiança de 95%. Pelo “valor-P”, verifica-se que a probabilidade de que as médias das significâncias das contingências ambientais dos grupos de empresas sejam iguais é de 54%.

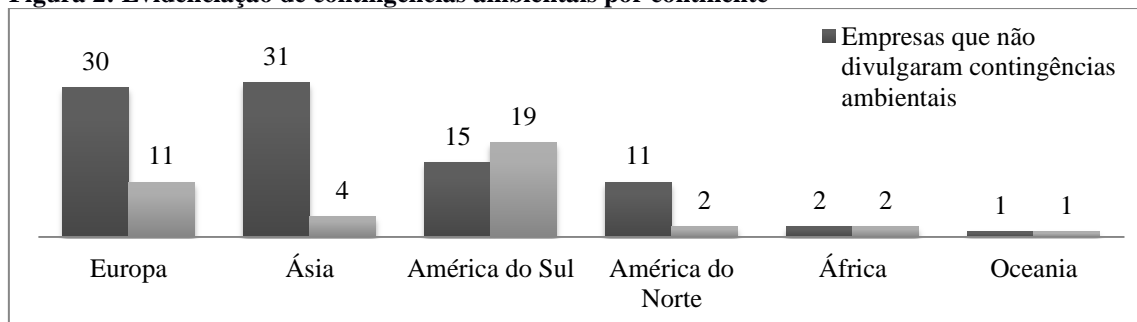
Do total de 129 empresas pesquisadas, 90 não evidenciaram em seus 20F nenhuma contingência ambiental, conforme pode ser visto na Figura 1 por setor. Tais resultados inferem que 70% das empresas não divulgaram contingências passivas e provisões ambientais, ainda que um terço desse montante exerça atividades que podem poluir e degradar o meio ambiente, consideradas potencialmente poluidoras de alto e médio grau de acordo com a lei brasileira que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Empresas de setores com baixo potencial de poluição tiveram um pequeno índice de evidenciação de passivos contingentes ambientais, como o Financeiro e o de Tecnologia que não tiveram nenhuma evidenciação a esse respeito, conforme a Figura 1.

Quanto aos continentes onde se situam essas empresas, percebe-se que a maior parte das companhias da América do Sul, (56%) evidenciaram contingências ambientais enquanto que o continente asiático possui um percentual de (9%) das empresas que evidenciaram informações a esse respeito.

Figura 1: Evidenciação de contingências ambientais por setor

Fonte: Autoria própria (2013).

Quanto à evidenciação das contingências ambientais, conforme regulamentação, a possibilidade de ocorrência dos eventos acarreta em tipos de evidenciação diferenciados. Se um evento for considerado como sendo provável que ocorra, então o mesmo deve ser reconhecido no balanço patrimonial como passivo. Caso o evento seja caracterizado como possível de ocorrer, então será somente divulgado qualitativa e monetariamente em notas explicativas. E quando o evento possuir uma chance remota de ocorrer, nenhuma evidenciação é exigida, nem qualquer reconhecimento, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2: Evidenciação de contingências ambientais por continente

Fonte: Autoria própria (2013).

Todavia, das empresas (39) que evidenciaram informações a respeito das contingências ambientais, 23% não divulgaram tais contingências monetariamente e não evidenciaram a probabilidade das contingências ambientais. Ou seja, apenas descreveram a existência de contingências ambientais passivas sem mencionar suas probabilidades e seus valores monetários. Esta questão pode prejudicar a tomada de decisão dos usuários externos, já que esse tipo de divulgação impede uma análise aprofundada dos eventos que já ocorreram e que podem ocorrer no futuro e o quanto tais eventos podem impactar financeiramente. Além disso, grande parte das empresas não divulgou a probabilidade das contingências ambientais, mas evidenciaram tais contingências monetariamente. Tais achados geram limitações ao estudo, uma vez que análises relacionadas à probabilidade das contingências não podem ser realizadas, como demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Significância das contingências ambientais por setor

Setor	Quantidade de empresas que evidenciam CA*	Total das empresas da amostra	Significância Média	Mediana
Materiais Básicos	10	22	793,26%	9,49%
Utilidade Pública	7	12	231,72%	6,09%
Óleo e Gás	4	10	7,73%	4,38%
Bens Industriais	3	17	11,89%	9,35%
Saúde	3	6	8,74%	11,90%
Bens de Consumo	1	13	7,71%	7,71%
Serviços de Consumo	1	13	238,91%	238,91%
Telecomunicações	1	23	945,45%	945,45%
Financeiro	0	8	0,00%	0,00%
Tecnologia	0	5	0,00%	0,00%

Fonte: Autoria própria (2013).

*Foram retiradas da análise as empresas (9) que evidenciaram apenas qualitativamente suas contingências ambientais.

Quanto aos setores das empresas que evidenciaram contingências ambientais (CA) monetariamente, destaca-se o de materiais básicos, que representa um terço das empresas. Por outro lado, o setor de utilidade pública é formado por 12 empresas, dentre as quais 7 (58%) divulgaram contingências ambientais, grupo este considerado potencialmente poluidor. Deste grupo, uma empresa possuía uma significância de quase 8.000% de contingências ambientais em relação ao lucro líquido do ano de 2011.

Outro caso que deve ser mencionado é o da empresa brasileira do setor de utilidade pública, com uma significância de cerca de 1.500% em relação ao lucro líquido. Ao imaginarmos o impacto que essas contingências causariam se todas tivessem sua probabilidade de ocorrência como provável e devessem ser provisionadas, observa-se que o lucro da companhia passaria de R\$ 1,2 bilhão para um prejuízo de cerca de R\$ 17,3 bilhões. Outras análises relacionadas aos setores não foram realizadas em função do pequeno número de empresas em cada grupo.

Os resultados encontrados mostram, ainda, que 17% das empresas teriam seus lucros reduzidos em mais de 50% ou até mesmo obteriam prejuízos. Por outro lado, quase 60% das empresas possuem uma significância de até 10% em relação ao lucro líquido. Infere-se que a maior parte das companhias possui uma significância de contingências passivas ambientais baixa se relacionadas ao lucro líquido das empresas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar a significância dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas por empresas que negociam suas ações na New York Stock Exchange – NYSE. Mesmo sendo criados diferentes mecanismos para divulgação das contingências no Form 20F, nem todas as empresas elaboram e divulgam de maneira correta os riscos ambientais a que estão expostas.

Vale ressaltar que das 129 empresas pesquisadas, 90 não evidenciaram em seus formulários 20F nenhuma contingência ambiental. Tal inferência poderia ser atribuída a diversos fatores, tais como um mercado menos regulamentado, exigências legais ou aspectos culturais ligados à transparência e evidenciação contábil.

O que surpreende é que a maioria das empresas estimou o valor das contingências ambientais, mesmo essa mensuração sendo difícil muitas vezes, e evidenciou aos usuários externos tal informação, todavia não divulgaram a probabilidade de ocorrência de tais contingências. Além disso, 23% das empresas

divulgaram apenas qualitativamente sobre suas contingências ambientais, não mencionando a probabilidade de ocorrência e o valor estimado.

Quanto à significância das contingências ambientais das empresas analisadas, não se pode afirmar que, a partir da análise de variância, o continente em que se situam as empresas e as atividades realizadas por elas sejam fatores que possam explicar a variabilidade da significância das contingências ambientais evidenciadas pelas empresas, em função das hipóteses não serem rejeitadas.

Quanto ao impacto que as contingências causariam na redução do lucro líquido, observa-se que 17% das empresas teriam seus lucros reduzidos em mais da metade ou até mesmo obteriam prejuízos. Por outro lado, cerca de três quartos das empresas possuem uma significância de até 10% em relação ao lucro líquido, inferindo-se que a relevância das contingências passivas ambientais para maior parte das empresas é baixa se relacionadas ao lucro líquido das mesmas.

Não se pode esquecer que as contingências podem assumir tipos diferentes, como tributárias, cíveis, trabalhistas, de garantias e outras. No entanto, este estudo limitou-se a estudar apenas as ambientais. Se por um lado elas representaram na maior parte das empresas apenas 10% do lucro líquido, ao se analisar todos os tipos de contingências, por outro, essa significância poderá aumentar consideravelmente. Daí a importância e a necessidade de pesquisas nessa área, pois uma classificação errônea das contingências pode acarretar na elaboração de demonstrações financeiras que não refletem a realidade, afetando o patrimônio, a transparência e a confiabilidade da entidade e, conseqüentemente, alterando a percepção do investidor a respeito da situação econômico-financeira da companhia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS. BP pagará multa recorde de US\$ 4,5 bilhões por vazamento de petróleo nos EUA. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1186128-bp-pagara-multa-recorde-de-us-45-bi-por-vazamento-de-petroleo-nos-eua.shtml>> Acesso em: 15 nov. 2012.

AHARONY, A.; DOTAN, A. A comparative analysis of auditor, manager and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 31, p. 475-504, 2004. DOI: 10.1111/j.0306-686X.2004.00547.x

ANDRIKOPOULOS, A.; KRIKLANI, N. Environmental Disclosure and Financial Characteristics of the Firm: The Case of Denmark. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**. v. 20, p. 55–64, 2013. DOI: 10.1002/csr.1281.

ARANTES, E. Investimento em responsabilidade social e sua relação com o desempenho econômico das empresas. **Conhecimento Interativo**, v. 2, n. 1, p. 03-09, jan./jun. 2006.

BECKE, V. L. Contabilidade Social: do balanço social ao informe de sustentabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, ano V, v. 13, p. 12-22, 2004.

BELKAOUI, A. The impact of the disclosure of the environmental effects of organizational behavior on the market. **Financial Management**, v. 5, n. 4, p. 26-31,

Winter 1976. DOI: 10.2307/3665454

BERGAMINI JÚNIOR, S. Contabilidade e Riscos Ambientais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1999.

BRUN, W.; TEIGEN, K. H. Verbal probabilities: ambiguous, context-dependent, or both? **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 41, p. 390–404, 1988. DOI: 10.1016/0749-5978(88)90036-2

BUDESCU, D. V.; WALLSTEN, T.S. Consistency in interpretation of probabilistic phrases. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 36, p. 391–405, 1985. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978\(85\)90007-X](http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978(85)90007-X)

BURGWAL, D.; RUI, J. O. V. Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. **Rev. contab. finanç.** v.25, n.64, São Paulo Jan./Apr. 2014. DOI: 10.1590/S1519-70772014000100006

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações ambientais voluntárias: Relatórios contábeis versus internet. **R. Cont. Fin. da USP**. Edição 30 Anos de Doutorado, p. 84 – 95, 2007. DOI: 10.1590/S1519-70772007000300008

CAPRIOTTI, K.; WALDRUP, B. E. Miscommunication of uncertainties in financial statements: a study of preparers and users. **Journal of Business & Economics Research**, v. 3, p. 33-46, 2005.

CHO, C. H., ROBERTS, R. W., PATTEN, D. M. The language of US corporate environmental disclosure. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, p. 431–443, 2010. DOI: 10.1016/j.aos.2009.10.002

CHO, C. H.; FREEDMAN, M.; PATTEN, D. M. Corporate disclosure of environmental capital expenditures: A test of alternative theories. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 3, 2012. DOI: 10.1108/09513571211209617

CHO, C. H. et al. Do actions speak louder than words? An empirical investigation of corporate environmental reputation. **Accounting, Organizations and Society**, v. 37, p.14-25, 2012. DOI: 10.1016/j.aos.2011.12.001

COHEN, M. A., FENN, S. A.; KONAR, S. Environmental and financial performance: are they related? Vanderbilt University, Nashville, TN, May, 1997. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/vcems/papers/irrc.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005 – Pronunciamento IBRACON NPC Nº 22: Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=/deli/deli48> Acesso em: 09 out. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico nº 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. (CPC 25), 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=43>> Acesso em: 03 out. 2012.

DAVIDSON, R. A.; CHRISMAN, H. H. Translations of uncertainty expressions in Canadian Accounting and Auditing Standards. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**, v. 3, p. 187-203, 1994. DOI: 10.1016/1061-9518(94)90016-7

DEEGAN, C. The legitimizing effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DOUPNIK, T. S.; RICHTER, M. Interpretation of uncertainty expressions: a cross-national study. **Accounting, Organizations and Society**, v. 28, p. 15-35, 2003. DOI: 10.1016/S0361-3682(02)00010-7

DU, N.; STEVENS, K. Numeric-to-verbal translation of probability expressions in SFAS 5. **Managerial Auditing Journal**, v. 26, p. 248 – 262, 2011. DOI: 10.1108/02686901111113190

DU, N.; STEVENS, K.; MCENROE, J. Improving consistency in interpreting SFAS 5, with Kevin Stevens and John McEnroe. **Research in Accounting Regulation**, v. 23, pp. 67 – 70, 2012. DOI: 10.1016/j.racreg.2011.03.003

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o *disclosure* ambiental: Um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN**. v. 5. n. 2, p. 250 – 267, jul./dez. 2013.

FERREIRA, A. C. S.; BUFONI, A. L. A assimetria informacional do risco ambiental nas demonstrações financeiras: um estudo comparativo Brasil x Eua. **Revista Pensar Contábil - Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro** - n. 29, agosto/outubro 2006.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FREITAS, D. P. S.; OLEIRO, W. N. Contabilidade ambiental: A evidenciação nas demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p. 65-81, 2011.

FINANCIAL ACCOUNTING STATEMENT BOARD. Statement of Financial Accounting Standards nº 05 (FAS 5): Accounting for contingences. 1975. Disponível em: <<http://www.fasb.org/pdf/fas5.pdf>> Acesso em: 16 out. 2012.

FREEDMAN, M.; JAGGI, B. Pollution disclosures, pollution performance and economic performance. **Omega The International Journal of management Science**, v. 10, n. 2, p. 167-176, 1982. DOI: 10.1016/0305-0483(82)90051-2

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLEASON, C. A., MILLS, L. F. Materiality and Contingent Tax Liability Reporting. **The Accounting Review**, v. 77, n. 2, p. 317-342, 2002.
DOI:10.2308/accr.2002.77.2.317

GRAY, R. Accounting and environmentalism: An exploration of the challenge of gently accounting for accountability, transparency and sustainability. **Accounting, Organization and Society**, v. 17, n. 5, p. 399 – 425, 1992. DOI: 10.1016/0361-3682(92)90038-T

GRAY, R. Current developments and trends in social and environmental auditing, reporting & attestation: A personal perspective. Centre for Social and Environmental Accounting Research, 2000. Disponível em: <http://www.st-andrews.ac.uk/media/CSEAR_dps-socenv-curdev.pdf> Acesso em: 06 nov. 2012

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. Environmental Accounting, Managerialism and Sustainability: Is the planet safe in the hands of business and accounting? 2000. Disponível em: <<http://www.st-andrews.ac.uk/~csearweb/researchresources/dps-sustain-envaccman.html>> Acesso em: 06 nov. 2012.
DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S1479-3598\(00\)01004-9](http://dx.doi.org/10.1016/S1479-3598(00)01004-9)

GRAY, R. The social accounting project and accounting organizations and society. Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique? **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, n. 7, p. 687-708, 2002.
DOI: 10.1016/S0361-3682(00)00003-9

GRAY, R. Social, environmental and sustainability reporting and organisational value creation? Whose value? Whose creation? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 19, n. 6, p. 793 – 819, 2006. DOI: 10.1108/09513570610709872

GRAY, R. Is accounting for sustainability actually accounting for sustainability ... and how would we know? An exploration of narratives of organisations and the planet. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, p. 47–62, 2010.
DOI: 10.1016/j.aos.2009.04.006

HACKSTON, D., MILNE, M., J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 1, p. 77-108, 1996. DOI: 10.1108/09513579610109987

HUGHES, S. B.; ANDERSON, A.; GOLDEN, S. Corporate Environmental Disclosures: Are They Useful in Determining Environmental Performance? **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 20, p. 217-240, 2001.
DOI: 10.1016/S0278-4254(01)00031-X

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES (IBRACON) Normas Internacionais de Contabilidade. São Paulo: IBRACON/CFC, 1998.

INGRAM, R. W.; FRAZIER, K. Environmental Performance and corporate disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 18, n. 2, p. 614-622, 1980.

DOI: 10.2307/2490597

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. International Accounting Standard n° 37 (IAS 37): Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets, 1998. Disponível em: <<http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/en/ias37.pdf>> Acesso em: 28 out. 2012.

KARAGOZOGLU, N.; LINDELL, M. Environmental management: testing the win-win model. **Journal of Environmental Planning and Management**, v. 43, n. 6, p. 817-829, 2000. DOI: 10.1080/09640560020001700

KENNEDY, J.; MITCHELL, T.; SEFCIK, S. E. Disclosure of Contingent Environmental Liabilities: Some Unintended Consequences? **Journal of Accounting Research**, v. 36, n. 2, p. 257-277, 1998. DOI: 10.2307/2491477

KIESO, D. E.; WEYGANDT, J. J.; WARFIELD, T. D. **Intermediate Accounting**. 4th ed. John Wiley & Sons, Inc., 2012.

LIMA, D.; VIEGAS, W. Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 30, p. 46-53, 2002. DOI: 10.1590/S1519-70772002000300004

LINDSTAETDT, Â. R. S; OTT, E. Evidenciação de informações ambientais pela contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n.4, out./dez., 2007.

MATHEWS, M. R. Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate? **Accountability, Auditing and Accountability Journal**, v. 10, n. 4, p. 481- 531, 1997.

MATHEWS, M. R. A brief description and preliminary analysis of recent social and environmental accounting research literature. **Indonesian Management and Accounting Research**, v. 2, n. 2, p. 197- 264, 2003.

MATHEWS, M. R. Developing a matrix approach to categorise the social and environmental accounting research literature. **Qualitative Research in Accounting and Management**, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2004. DOI: 10.1108/11766090410816280

MOREIRA, N. B.; *et al.* Fatores que Impactam a Divulgação Voluntária de Informações Socioambientais na Percepção dos Gestores. **REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 62-82, 2014.

NELSON, M. W.; KINNEY, W. R. The effect of ambiguity on loss contingency reporting judgments. **The Accounting Review**, v. 72, n. 2, p. 257-274, 1997.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: Environmental disclosures in annual reports. **Accounting, Organisations and Society**, v. 23, n. 3, p. 265–282, 1998. DOI: 10.1016/S0361-3682 (97)00008-1

NOTÍCIAS E ATUALIDADES – Brasil. Vazamento de óleo na Bacia de Campos. Impacto ambiental, CHEVRON. 2011. Disponível em: <<http://www.not1.xpg.com.br/vazamento-de-petroleo-na-bacia-de-campos-impacto-ambiental-chevron/>> Acesso em: 15 nov. 2012.

PARKER, L. Social and environmental accountability research: a view from the commentary box. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 18, n. 6, p. 842-861, 2005. DOI: 10.1108/09513570510627739

PARKER, L. Twenty-one years of social and environmental accountability research: A coming of age. **Accounting Forum**, n. 35, p.1-10, 2011. DOI: 10.1016/j.accfor.2010.11.001

PRESTON, L.; O'BANNON, D. The corporate social-financial performance relationship. **Business & Society**, v. 36, n. 4, p. 419-429, 1997.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. In: BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003. 189 p.

RAZEED, A.; CONSIDINE, B. Green Companies – Do they exist on the web? 2003. Disponível em: <www.aaanz.org/Web2002/accepted%20_papers/razeeda.pdf> Acesso em 16 nov. 2012.

REZENDE, I. A. C.; SANTOS, L. S. R. Análise da rentabilidade e performance dos investimentos socialmente responsáveis: um estudo empírico no mercado brasileiro. 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_trabalho=6264> Acesso em: 16 nov. 2012.

RIBEIRO, A. M., NASCIMENTO, L. F., VAN BELLEN, H. M. Evidenciação ambiental: Uma análise comparativa multissetorial entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 7, n. 1, p. 07-22, jan./jun, 2009.

ROVER, S.; ALVES, J. L.; BORBA, J. A. A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. **Revista contemporânea em contabilidade**, v. 5, n. 1, p. 41-58, 2006.

ROVER, S. ET AL. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **R. Adm.**, São Paulo, v.47, n.2, p.217-230, abr./maio/jun. 2012.

TUPY, O. Investimento em meio ambiente, responsabilidade social de desempenho

econômico-financeiro de empresas no Brasil. **Revista de Estudo Politécnico**, v. VI, n. 10, p. 73-86, 2008.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.97-180, Dec. 2001. DOI: 10.1016/S0165-4101(01)00025-8

WATANABE, M. **Guia do Valor Econômico das Disputas Tributárias**. Editora Globo, 152 p, 2009.

WISEMAN, J. An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports. **Accounting, Organization and Society**, v.7, n. 1, p. 553-563, 1982.
DOI: 10.1016/0361-3682(82)90025-3